

AS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO TERRITÓRIO BAIXO SUL DA BAHIAⁱ

O Território Baixo Sul se destaca pelas potencialidades produtivas existentes, as riquezas naturais que encantam, tanto nas diversidades encontradas na Fauna quanto na Flora local. Possui grande parte do seu estuário e mata preservada e é deste que parte das populações que compõe os municípios do território sobrevive. Diante do descrito, há controvérsia quando o Baixo Sul passa a ser titulado de Território da cidadania, cujo título refere-se as localidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano-IDH, que no Baixo Sul a média é de 0,63, segundo o PTDS-2010.

Em 2008, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, o Governo Federal lançou o Programa Territórios da Cidadania, no qual o Baixo Sul está inserido.

Com a potencialidade existente na região, fica claro a necessidade de implantação e execução de Programas Sociais e Políticas Públicas que possam influenciar no desenvolvimento sócio econômico da região. Se tratando das comunidades quilombolas, foi lançado em 2004 o Programa Brasil Quilombola com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para áreas quilombolas. (Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas-2013).

No Território Baixo Sul, foram catalogadas pela Secretaria de Agricultura do Estado da Bahia e Superintendência da Agricultura Familiar, 44 (quarenta e quatro) comunidades tradicionais quilombolas em dez municípios do território. Valença (Buraco Azul, Jaqueira, Sarapuí, Novo Horizonte, Arueira, Vila Velha de Jequiçá, Sapé Grande), Cairu (Bataterira, Torrinhas, Cajazeira, Rua do Fogo, Fonte da Prata, Galeão) Wenceslau Guimarães (Jericó, Sarilândia, Mucugê, Nova Esperança, Rio Preto), Igrapiúna (Sapucaia, Laranjeiras), Teolândia (Boaqueirão), Presidente Tancredo Neves (Pau da Letra, Alto Alegre), Camamu (Pratigi, Pedra rasa, Pimenteira, Tapuia, Jetimana, Barroso, Garcia, Acaraí, Porto do Campo, Ronco/Abobora), Nilo Peçanha (Boitaraca e Jatimane), Ituberá (Lagoa Santa, São João de Santa Bárbara, Brejo Grande, Ingazeira, Cágados), Taperoá (Lanmego, Graciosa, Miguel Chico).

Estas comunidades já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares e 70% delas receberam a visita do INCRA para demarcação. A comunidade quilombola de Boitaraca foi a 1ª a receber a titulação de posse das terras quilombolas, em Dezembro de 2014.

As comunidades quilombolas destacam-se seja com o turismo, extração da piaçava e do dendê, a pesca artesanal, a confecção de artesanato ou a agricultura de subsistência, cada uma possui características peculiares a sua região e se destaca dentro de suas potencialidades, que em muitas vezes são sua principal fonte de renda.

O que muito implica para o envolvimento e desenvolvimentos destas e de outras comunidades quilombolas rurais é a falta de conhecimento das políticas públicas e informações/meio de como acessá-las. Com a precariedade existente na Assistência Técnica, fica ainda mais difícil à proximidade dessas políticas públicas para o público alvo para as quais foram criadas.

Mesmo diante de tais dificuldades, várias comunidades contando com apoio de suas associações locais e o conselho territorial, conseguiram participar direta ou indiretamente de algumas políticas públicas referente ao Programa Brasil Quilombola. Ganha destaque as comunidades de Boitaraca que teve acesso ao Programa de Garantia de Preço Mínimo-PGPM através da subvenção da piaçava, a comunidade de Lagoa Santa que teve acesso a 42 casas do Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR e a Comunidade de Torrinhas que foi contemplada com a construção de uma escola quilombola-Escolas do Campo.

Além destes, as comunidades acessam a outras políticas ou programas sociais do governo tais como: Programa luz e água para todos, créditos do Pronaf, credenciamento da DAP, Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE, Selo da Agricultura Familiar, Centro digital, Seguro defeso. Todos esses programas existem e já foi provado de alguma forma que funcionam, porém é preciso que todos estes façam parte da realidade local destas comunidades, para que através deles possam viver mais dignamente.

Parte das reivindicações das comunidades quilombolas do baixo sul resumem-se, no melhoramento das estradas para escoamento da produção, acesso ao mercado para comercialização de seus produtos por um preço mais justo, tratamento da água e saneamento básico, melhorias na saúde e educação, acesso as políticas públicas,

Assistência Técnica continuada, fortalecimento da identidade quilombola e do associativismo no meio rural, cursos profissionalizantes para fixação do jovem no campo, acesso aos programas de habitação, demarcação territorial, maior participação dos órgãos públicos no assistencialismo rural e retorno das ações feitas nas comunidades.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- Fonte:** Sistema de Informações Territoriais (<http://sit.mda.gov.br>).
- Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas.** SEPIR. Brasília, 2013.
- Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Baixo Sul da Bahia-** PTDRS. MDA-2010.

ⁱ Seonária Costa Santana: Pedagoga (FACE), Especialista em Gestão Pública e Sociedade com Ênfase na Economia Solidária (UFT). CV: <http://lattes.cnpq.br/9874644453836023>. Janeiro2015.